



FISCALIZAÇÃO

USO ABUSIVO DE AGROTÓXICO NA MIRA DO MP

O Ministério Público da Paraíba e órgãos de controle e fiscalização vão desenvolver ações conjuntas para combater o uso abusivo de agrotóxico no Estado. **Página 4**



Fotos: Daniel Félix

PREJUÍZOS À SAÚDE- Os agrotóxicos causam males como abortos e suicídios

ALHANDRA

Associação não pode acolher crianças e adolescentes

A Associação de Acolhimento de Menores Abandonados de Alhandra (Amados), localizada em Mata Redonda, não pode mais receber crianças e adolescente que precisam de acolhimento. A medida foi tomada em virtude das condições precárias da instituição. **Página 3**



SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Promotoria requer retirada de mesas, cadeiras e barracas

Uma ação civil pública ingressada pela Promotoria de São José de Piranhas está requerendo medidas efetivas por parte da Prefeitura para retirada de mesas, cadeiras, churrasqueiras, barracas e materiais de construção espalhadas pelas ruas e calçadas da cidade. O prazo pedido na ação para a retirada é de 30 dias. **Página 6**



INVASÃO - Ruas e calçadas são invadidas por comerciantes do município

TAVARES

Irregularidades são constatadas em escolas

Página 7

DOENÇA MENTAL

Medicamentos devem ser distribuídos

Página 8

Espaço do Leitor



“Fico feliz ao ler neste informativo o que o Ministério Público tem feito em prol da educação no Estado. As ações têm contribuído bastante para a melhoria de sua qualidade da educação pública.”

Marta Sabino, diretora de escola

“Não conhecia as ações desenvolvidas pelo Ministério Público em todo o Estado até conhecer este jornal. Fico bastante impressionado com o que tem sido realizado em prol do cidadão. Parabéns.”

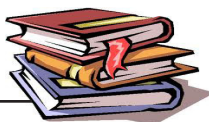
Victor Diego Leite – operário

“O jornal do Ministério Público Social tem a importante função de nos informar toda a gama de atuação do Ministério Público em defesa do cidadão paraibano. Tratam-se de ações nas áreas de educação, saúde, patrimônio público, infância, consumidor. Ao sermos informados sobre tudo isso, ficamos conhecendo não apenas nossos direitos mas como eles têm sido defendidos por esta importante instituição”.

Laudecir Silva – professora de História

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

Aprendendo Direito



Interesses individuais homogêneos - São aqueles de natureza divisível, cujos titulares são pessoas determinadas. Como exemplo podemos apontar, conforme ilustrado pelo citado autor, o caso de consumidores que adquiriram veículos cujas peças saíram defeituosas de fábricas.



Jornal do
Ministério Público
Social
João Pessoa, Nov / Dez 2011 - Ano I - Nº 20

Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

2º Subprocurador-geral de Justiça

Kátia Rejane Medeiros Lucena

Corregedor-geral do MPPB

Alcides de Moura Jansen

Secretário-geral

Francisco Lianza Neto

Jornalista Responsável

Alexsander Carvalho

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Eloise Elane, Lila Santos, Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

Projetos Editorial

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

Fotografia

Daniel Félix

Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br



ARTIGO

Foco no social

* OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

O ano de 2011 foi muito promissor para o Ministério Público da Paraíba porque podemos verificar, através do Planejamento Estratégico, o resultado do investimento e de uma aposta na área da gestão. Então, temos hoje muitos projetos em curso, muitos já concretizados; se formos pegar todas as áreas do Ministério Público, nós demos um avanços de muita qualidade.

Primeiro, temos a nova realidade dos Centros de Apoio Operacionais, que são nove (Cidadania e Direitos Fundamentais, Patrimônio Público, Criança e Adolescente, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Consumidor, Criminal, Promotorias Cíveis e Família). Outra situação é que cada unidade social tem projetos importantes, como a questão da fiscalização das escolas, que foi um projeto estratégico; a questão dos conselhos dos idosos e um incremento muito forte no programa do Nome Legal.

Podemos ter números expressivos de modificação da postura do Ministério Público e agora de uma forma planejada, numa gestão estratégica muito bem definida. Por exemplo, em 2011, foram 1.700 escolas públicas fiscalizadas, com o projeto MP pela Educação, 62 municípios com os Conselhos dos Idosos instalados, 239 reconhecimentos de paternidade a partir do

Projeto Nome Legal, entre outras ações que foram desenvolvidas.

Então, o Ministério Público da Paraíba – e isso digo sem medo de errar – é um novo Ministério Público e, acima de tudo, registrando a importância das pessoas que fizeram essa instituição e moveram e puderam dar a sua contribuição em termos de crescimento, de nova ordem, nova estrutura. E, de fato, há um sentimento de muita esperança na instituição e na representação.

Tratou-se de uma mudança completa de paradigmas a qual nos propusemos para a instituição e os resultados vieram e estão ai às vistas de todos e foram conquistados, sem dúvida, com luta, com brilhantismo por parte dos seus integrantes, mas acima de tudo um reconhecimento pela receptividade da própria sociedade paraibana.

* Procurador-Geral de Justiça

Associação não pode mais receber crianças

Medida foi tomada após inspeção do que constatou as condições precárias da instituição de acolhimento

Crianças e adolescentes com necessidade de acolhimento institucional não poderão mais ser encaminhadas para a Associação de Acolhimento de Menores Abandonados de Alhandra (Amados), localizada em Mata Redonda. A medida foi tomada após fiscalização coordenada pelo Ministério Público que constatou que a associação funciona numa residência em situação precária. A entidade atendia seis crianças e oito adolescentes, no momento da visita, além de cinco maiores de 18 anos que também residem no local.

Uma audiência para discutir a situação da Associação foi realizada com a participação da promotora de Justiça Márcia Betânia Casado, a promotora Soraya Escorel, equipe multiprofissional do Ministério Público, o presidente do Conselho Tutelar de Alhan-



ESTRUTURA - A Amados funcionava em uma casa sem condições de abrigar com dignidade

dra, Moisés Mariano de Brito Ribeiro, e a assistente social do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), Polyana Rodrigues Targino. Durante a reunião, a promotora Soraya Escorel entregou o relatório da inspeção à promotora Márcia Betânia.

De acordo com informações do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, algumas crianças em idade de

educação infantil que poderiam estar em instituições educativas permanecem em casa sem frequentar a primeira etapa da educação básica.

Segundo a promotora Márcia Betânia, existe a necessidade de criação e manutenção pelo Poder Público Municipal de entidade de acolhimento institucional capaz de proteger crianças e adolescentes que precisem desta

medida.

Também ficou decidido, durante a audiência, que até 16 de janeiro de 2012, o Cras fará o acompanhamento e providências necessárias à proteção das crianças e adolescentes, sobretudo em se tratando de casos de crianças e adolescentes com histórico de transtorno mental, violência sexual ou qualquer outro tipo de violação da dignidade humana.

Maus-tratos deverão ser comunicados

Casos envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente deverão ser notificados ao Ministério Público da Paraíba pelos hospitais e maternidades públicas de João Pessoa. A medida faz parte de um termo de ajustamento de conduta firmado entre a Promotoria da Infância e Juventude da Capital e o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, o Hospital Municipal Valentina Figueiredo, o Complexo Hospitalar de Mangabeira (Ortotrauma) e as Maternidades Cândida Vargas e Frei Damião.

Segundo o promotor de Justiça Alley Escorel, um levantamento feito pela Promotoria da Infância e Juventude constatou a ausência de notificação obrigatória, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As unidades hospitalares se comprometeram ainda a comunicar à Promotoria da Infância e Juventude os casos de gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para a adoção. Os hospitais e maternidades também vão comunicar, nas formações continuadas de seus profissionais de saúde, as obrigações presentes no TAC.

Exploração sexual será combatida pelo MP e PRF

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente, vai realizar, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, ações de combate à exploração sexual e outras violações de direito de vulneráveis em João Pessoa. Para tanto, a coordenadora do Caop da Criança, promotora Soraya Escorel, se reuniu com a inspetora Keilla, da PRF, onde foi firmada uma parceria entre as instituições.

De acordo com a promotora Soraya Escorel, as ações de combate serão realizadas principalmente nas vias litorâneas da Capital. Também serão realizadas fiscalizações noturnas com grande equipe em pontos estratégicos de prostituição infanto-juvenil já diagnosticados. A coordenadora do Caop da Criança e do Adolescente informou ainda que as atividades de enfrentamento à exploração infanto-juvenil terão a participação de outros órgãos.

Seminário discute violência sexual intanto-juvenil

Durante dois dias atores do Sistema de Garantias de Direito da Criança e do Adolescente debateram a temática da violência contra crianças e adolescentes no "Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, Cyberbullyng e Crimes Virtuais contra Crianças e Adolescentes: da Proteção à Responsabilização", promovido pelo MP da Paraíba, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção.

No evento foram discutidos temas como "Criança e Adolescente como Prioridade Absoluta na perspectiva dos Tribunais Superiores e Conselhos Nacionais - As Teias da Violência: Por um atendimento integrado e em rede", "Redes Sociais e Desafios Contemporâneos - Crianças e Adolescentes - cyberbullying e crimes virtuais", "Técnicas de Enfrentamento aos crimes praticados no âmbito virtual contra crianças e adolescentes", "Enfrentamento da Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens por meio da Educação e Inserção no Mercado de Trabalho", "Diálogo da Rede de Proteção à Criança e Adolescente sobre Violência Sexual: diretrizes de atendimento integral", e "Técnicas de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes".

PATERNIDADE

Projeto alcança mais de 230 reconhecimentos

Duzentos e trinta e nove crianças adolescentes da Paraíba que ganharam o nome do pai no registro de nascimento, durante o ano de 2011, através do projeto Nome Legal desenvolvido pelo Ministério Público da Paraíba. O dado foi divulgado pela coordenadora do projeto, promotora Renata Carvalho, durante a abertura do II Seminário Nome Legal, ocorrido em dezembro na Procuradoria-Geral de Justiça.

Renata Carvalho informou que 31 promotores de Justiça estão envolvidos com o projeto no Estado, tendo sido instaurado 1935 procedimentos. A promotora disse ainda que já foram realizados 175 exames de DNA para comprovação de paternidade, 36 mutirões do Nome Legal para ouvir mães. Durante a abertura foi entregue uma certidão de nascimento a uma criança.

Mutirão

O município de Patos foi mais um alcançado pelo mutirão do Projeto Nome Legal. O mutirão foi realizado na Escola Municipal Monsenhor Manoel Vieira, no Bairro Jatobá. De acordo com informações da coordenação do projeto, foram instaurados 160 procedimentos administrativos, sendo 19 reconhecimentos de paternidade voluntários.

Participaram do do mutirão os promotores de Justiça da comarca, Fernando Cordeiro Sátiro



MUTIRÃO - Em Patos, mães de alunos foram ouvidas

Júnior e Edivane Saraiva de Souza e a Coordenadora do Projeto e Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Família, Renata Carvalho da Luz, além de estrutura contendo servidores, assessores e voluntários.

Entrega

Outra ação do projeto foi a entrega de Certidões de Registro Civil de Nascimento. Em Campina Grande, seis crianças que foram reconhecidas como filhos de forma voluntária pelos seus respectivos pais receberam os registros. A entrega dos docu-

mentos foi feita pelas promotoras de Justiça Carla Simone Gurgel, Júllia Cristina do Amaral e Elaine Cristina Alencar.

Já em Alagoa Nova, a promotora Jovana Maria da Silva Tabosa entregou sete certidões de nascimento por reconhecimento voluntário. Segundo informações da Promotoria, já foram realizados quinze reconhecimentos voluntários, faltando a entrega de oito certidões. De acordo com a promotora, foram instaurados 96 procedimentos preparatórios dentro do Projeto Nome Legal em Alagoa Nova.

Uso abusivo de agrotóxico será combatido

Órgãos de controle e fiscalização da Paraíba unem forças para garantir alimentos com melhor qualidade na mesa do cidadão

Pimentões, mamões, pepinos e morangos. Estes são os alimentos com maior teor de agrotóxico na Paraíba, de acordo com dados da Agência Estadual de Vigilância Sanitária. Para combater o uso abusivo desses produtos uma força-tarefa formada pelo Ministério Público da Paraíba, Agevisa, Ibama, Sudema, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PB), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap) e Emater vai desenvolver ações de prevenção e controle.

De acordo com o promotor de Justiça Leonardo Pereira Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor, o objetivo é mapear o uso de agrotóxicos no Estado e traçar ações em conjuntos. “Nossa intenção é proteger o consumidor por isso não vamos ficar em ações pontuais, mas fazer diagnósticos, planejamento

e ações permanentes em todo o Estado”, informou.

O promotor do Consumidor de João Pessoa Glauberto Bezerra destacou que serão realizadas fiscalizações em conjunto pelos órgãos em parceria com a Polícia Federal, Secretaria de Segurança e Polícia Rodoviária Federal. “Além da radiografia que será feita no Estado, vamos em parceria com a Ceasa e a Associação dos Supermercados da Paraíba realizar ações de controle e prevenção”, disse.

Glauberto Bezerra disse ainda que as atividades abrangerão a investigação das linhas de distribuição de agrotóxico no Estado, principalmente os que não são permitidos pela legislação e são contrabandeados. “Vamos, se necessário, até a fronteira do país em parceria com a Polícia Federal e a PRF”, observou.

Os agrotóxicos são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, usados para a preservação da ação danosa de seres vivos nocivos.



PREJUDICIAL - O uso incorreto de agrotóxicos pode causar diversos males à saúde das pessoas

SEGURANÇA

Agências bancárias serão fiscalizadas em JP

O Ministério Público da Paraíba, através da Promotoria do Consumidor de João Pessoa, vai instaurar um procedimento administrativo para apurar bancos da Capital que não oferecem segurança aos clientes e não cumprem a lei das filas. De acordo com informações da Promotoria, as agências que estiverem desrespeitando o consumidor, tanto por não terem instalado portas de segurança quanto por descumprirem a lei das filas, serão notificadas para uma audiência para que cumpram efetivamente a lei.

“O Ministério Público vai fazer valer os direitos fundamen-

tais do cidadão como é o do consumidor visando à uma relação de consumo segura. O Código de Defesa do Consumidor estabelece que toda prestação de serviço, como é o caso dos bancos, deve ser segura”, explicou o promotor Glauberto Bezerra.

O presidente do sindicato dos Bancários, Marcos Henrique, destacou a importância do Ministério Público enquanto órgão de defesa do cidadão e também a necessidade da intervenção da instituição na relação dos bancos com os clientes. “Os bancos precisam prestar um bom atendimento ao cliente”, disse.



LEGALMENTE - Cumprimento da Lei das Filas será verificado

Botijão P2 não pode ser utilizado em carrinhos

Uma nota será emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa informando aos ambulantes proprietários de carrinhos de lanche que é proibida a utilização de botijão de gás P2 e que, se quiserem participar das festividades de final de ano na Capital, terão que regularizar a sua situação. A decisão foi tomada durante reunião na Promotoria do Consumidor de João Pessoa que envolveu, além do representante do Ministério Público, a Sedurb, o Corpo de Bombeiros e o Sindicato dos Revendedores de Gás do Estado da Paraíba na busca de estabelecer regras efetivas de proteção à vida, à saúde e à segurança da população.

No início de dezembro, oito estudantes ficaram feridos após um acidente provocado pela explosão de um botijão de gás de uma barraca de lanches, na imediações da Praça da Independência, na Capital. Os adolescentes, de 14 a 18 anos, sofreram queimaduras de segundo grau distribuídas entre face, pescoço e tórax.

Durante o encontro, ficou definido também que o Corpo de Bombeiros vai dar um treinamento antipânico e de combate a incêndio.

TRANSPORTE CLANDESTINO

MPPB pede que PM ajude STTP no combate

A Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor de Campina Grande vai solicitar ao comando da Polícia Militar suporte operacional para que a Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) possa desenvolver “blitzen” com o objetivo de combater os transportes alternativos clandestinos. A estimativa é de que pelo menos 600 veículos estejam circulando pela cidade em situação irregular.

A recomendação foi dada à

Promotoria do Consumidor pelo promotor de Justiça Bertrand Araújo Asfóra, após reunião com representantes dos sindicatos dos taxistas, dos motaxistas, dos condutores rodoviários urbanos e das empresas de transportes de passageiros de Campina Grande, que na última quinta-feira procuraram ajuda no Ministério Público da Paraíba com o objetivo de contornar a situação.

De acordo com essas categorias que se dizem prejudicadas, a ação dos veículos clan-

destinos estariam causando uma diminuição média de 50 mil passageiros por mês aos meios de transportes urbanos devidamente legalizados. Segundo denunciaram os representantes dos sindicatos, a própria STTP, encarregada de efetuar “blitzen” para coibir esse abusos, fica impossibilitada de desenvolver essa missão, principalmente porque até ameaças de mortes surgem quando aquele órgão público tentar desencadear esse tipo de operação.

Conforme explicou o promotor Bertrand Asfóra, a primeira medida a ser adotada pelo Ministério Público será a de pedir apoio operacional à Polícia Militar, para que fiscais da STTP possam desenvolver o trabalho de combate aos veículos que transportam usuários de forma clandestina. Contudo, garantiu que caso haja necessidade de medidas mais enérgicas em favor dos interesses da comunidade, o órgão ministerial estará pronto para agir.

Ação quer retirada de mesas, cadeiras e barracas

Promotoria de São José de Piranhas requereu que a Prefeitura realize a fiscalização, regulamentação e controle de bares e restaurantes

Medidas efetivas de policiamento, fiscalização, controle e regulamentação das atividades de bares, restaurantes e similares, por parte da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas, retirando as mesas, cadeiras, churrasqueiras, barracas e materiais de construção espalhadas pelas ruas e calçadas da cidade, em um prazo de 30 dias. Este é o objetivo da ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça local.

De acordo com o texto da ACP, na circunscrição municipal existem diversos estabelecimentos comerciais tais como lanchonetes, bares, restaurantes, mercadinhos que estão sobre os canteiros, calçadas, praças, ruas e avenidas impedindo, dessa forma, o trânsito de pedestres e veículos.

No início deste ano, o promotor de Justiça de São José de Piranhas, Lean Matheus Xerez, baixou uma recomendação para que o poder público municipal adotasse as medidas cabíveis para desobstruir as ruas e calçadas invadidas ilegalmente, porém nada foi feito. Segundo o promotor, a obstrução do trânsito e das calçadas fere o Código Nacional de Trânsito, que assegura ao pedestre a livre locomoção nas vias e calçadas públicas.

Da mesma forma, a legislação municipal que regulamente o Código de Postura do município proíbe em seu artigo 51, a ocupação de passeios com mesas e cadeiras por parte de estabelecimentos comerciais. Bem como, em seu artigo 39, proíbe o comércio ambulante nas vias públicas.



OCUPAÇÃO - Mesas e cadeiras invadem as calçadas impedindo a passagem de pedestres

AÇÃO CONJUNTA

Prefeitura de Catolé do Rocha é inspecionada

O Ministério Público, através da Promotoria do Patrimônio Público de Catolé do Rocha, e o Tribunal de Contas do Estado realizaram inspeção conjunta na Prefeitura de Catolé e constatou diversas irregularidades. A inspeção foi realizada após o MP detectar, em análise das informações do sistema Sagres, do TCE, que o valor de dinheiro em espécie nos cofres da Prefeitura girava em torno de R\$ 780 mil, conforme dados de agosto deste ano, mas nada foi encontrado no local.

Durante a inspeção ficou constatado que o município de Catolé possui pagamento de pessoal em atraso e não vem repassando integralmente os valores devidos ao INSS.

Além disso existe uma desorganização na documentação apresentada, realização de despesas sem prévio empenho, e, ao contrário do que a própria administração municipal afirmava em seus balancetes mensais enviados ao TCE, não havia um só centavo nos cofres da prefeitura.

“Essa circunstância, além de constituir forte indício da prática de desvio ou malversação de recursos públicos, através do uso do chamado ‘caixa dois’, pode implicar na responsabilização criminal dos envolvidos pelo cometimento de falsidade ideológica, já que mensalmente eram confeccionados e assinados documentos encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado contendo informação inverídica sobre o valor disponível em espécie no município”, informou o promotor.

INGÁ

Gestores são acionados na Justiça

A Promotoria da Educação de Ingá ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito do Município de Ingá, Luis Carlos Monteiro da Silva, e a Secretária de Educação, Sharon Silveira Monteiro da Silva. Eles foram acionados judicialmente, após uma série de constatações pelo MP acerca da falta de merenda escolar nas escolas municipais, além da constatação de merenda vencida nas referidas escolas.

“O problema vêm se estendendo desde 2010, quando ingressamos com uma ação civil pública a fim de obrigar o município a fornecer merenda regularmente, porém, mesmo após executamos uma multa de R\$ 35 mil, o município não cumpriu com suas obrigações, tendo a situação se agravado neste ano de 2011”, afirmou a promotora Gardênia Cirne.

IPASE

Prédio será reformado em Pocinhos

A promotora de Defesa do Patrimônio Público de Pocinhos, Liana Espínola Pereira de Carvalho, e o prefeito municipal, Arthur Bonfim Galdino de Araújo, firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que a Prefeitura realize obras de recuperação e de preservação do prédio do Ipase, para posterior instalação de uma escola pública no local. As obras deverão ter início num prazo de 90 dias e o prefeito deverá construir, também, um complexo de lazer e um centro administrativo no local.

A medida, segundo a promotora, visa o cumprimento de lei municipal nº 788/2002 que considerou tombadas para proteção ambiental, natural, paisagística e histórica as áreas de formação rochosa (lajedos) que constituem o entorno da cidade de Pocinhos num raio de 3 km a partir da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

SERVIDORES EFETIVOS

Estado deve contratar professores concursados em Filosofia

O Ministério Público da Paraíba entrou com uma ação civil pública para que a Justiça obrigue o Estado da Paraíba a contratar os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento de cargos de Professor de Educação Básica 3 – Filosofia, assim como para que haja a rescisão das pessoas que foram contratadas sem concurso público e que estão lecionando filosofia nas escolas estaduais.

A ação civil pública foi assinada pelo promotor do Patrimônio Público de João Pes-

soa, Raniere da Silva Dantas, que relatou no texto da ação que a Secretaria de Estado da Educação promoveu um concurso público para provimento dos cargos de professor de Filosofia em 2009, no entanto, até o momento não contratou os aprovados. Sendo que, só em João Pessoa, existem 24 professores contratados por excepcional interesse público, ou seja pro tempore.

Ainda de acordo com o promotor, em janeiro deste ano, o secretário de Educação informou ao Ministério

Público que a Secretaria da Administração estava realizando o levantamento de todos os aprovados promovidos pelo Governo do Estado e do número dos contratados por excepcional interesse público, para, a partir daí, apresentar o cronograma de contratações dos concursados. No dia 31 de agosto deste ano, a Promotoria do Patrimônio Público realizou uma audiência, com vistas à celebração de um termo de ajustamento de conduta (TAC) para tentar resolver o problema de forma extrajudicial, mas

não se chegou a um consenso.

“Os representantes do Estado da Paraíba sequer souberam fornecer informações sobre as extinções dos contratos das pessoas admitidas sem prévia aprovação em concurso público”, relatou Raniere Dantas. Para justificar a ação, o promotor acrescenta: “A necessidade temporária de excepcional interesse público é verificada a partir de situação fora do comum, anormal e imprevisível que dá ensejo à contratação por tempo determinado de servidor público”.

Construtora deve entregar projeto de recuperação

Objetivo é a reforma da antiga Estação Ferroviária do Açude Velho, em Campina

A construtora Fronteira Imobiliária deve apresentar um novo projeto de recuperação da antiga Estação Ferroviária, localizada nas imediações do Açude Velho, à Secretaria Municipal de Planejamento. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Campina Grande estabeleceu 10 dias para essa apresentação. A Secretaria terá igual prazo para remeter o projeto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (Iphaep) que, por sua vez, também terá 10 dias para dar parecer técnico sobre o assunto.

Este acordo foi firmado durante audiência realizada pelo promotor José Eulámpio Duarte com representantes dos órgãos envolvidos. Caso o novo prazo não seja cumprido, o Ministério Público irá ajuizar o termo de ajustamento de conduta firmado em abril passado o MP e a construtora. A estação, inaugurada no ano de 1907 e tombada pelo Iphaep em 2001.

Segundo informações da Promotoria, a construtora se compromete a recuperar a parte física do prédio em ruínas, como forma de compensar a derrubada de

uma antiga chaminé que existia nas imediações da Estação, onde atualmente prédios estão sendo levantados.

Ela chegou a apresentar o projeto, mas o Iphaep deu parecer contrário, sob a alegação de que ele teria de ser dentro dos moldes arquitetônicos originais empregados na primeira edificação, que remonta do início do Século passado.

De acordo com a Promotoria, o Iphaep não apresentou fotografias históricas da estação para justificar a sua exigência e que pudessem contribuir na restauração. Enquanto a questão não é resolvida, os atuais prédios continuam em estágio de ruína.



DEGRADAÇÃO - Prédio da Estação sofre os efeitos do tempo

CONSELHO DO IDOSO

Araçagi e Alagoa Nova recebem capacitação do MP

Dando continuidade ao projeto do Ministério Público da Paraíba que trata da Rede de Proteção às Pessoas Idosas com implantação e funcionamento pleno dos Conselhos Municipais de Idosos, foram realizadas capacitações dos Conselheiros Municipais de Idoso nas Promotorias de Araçagi, Pirpirituba e Alagoa Nova.

Na Cidade de Araçagi, o local destinado à capacitação dos conselheiros municipais de idoso o treinamento foi o auditório da Câmara Municipal. A abertura do

encontro foi feita pelo coordenador do Centro de Apoio da Cidadania, Valberto Lira, que também ministrou palestra sobre o tema: "Concretização da cidadania: Conselho Municipal do Idoso, espaço de participação, fortalecimento e integração da sociedade civil e poder público".

Participaram do evento, além dos Conselheiros Municipais da Pessoa Idosa, o prefeito do Município, a secretária de Ação Social, secretários Municipais, agentes de saúde. Ao término dos traba-

lhos foi assegurado pelo prefeito de Araçagi total apoio ao Conselho o que foi confirmado pelos conselheiros. A mesma atividade foi realizada na Promotoria de Pirpirituba.

As atividades de Capacitação dos Conselheiros Municipais das Pessoas Idosas programadas para 2011 foram encerradas no município de Alagoa Nova. De acordo com Valberto Lira, a capacitação foi iniciada com o pronunciamento da Promotora de Justiça em exercício na Comarca, Jovana Ta-

bosa, e teve a participação de 45 pessoas entre Conselheiros Municipais dos municípios de Alagoa Nova e Matinhas, além das Secretarias Municipais de Ação Social e Administração de Matinhas, Secretárias de Saúde, de Ação Social, Educação e o Procurador Jurídico de Alagoa Nova, Clubes de maior idade, integrantes dos Cras, Grupos de Idosos, Vereadores.

Mais de 60 municípios paraibanos implantaram o conselho do idoso a partir do projeto do Caop da Cidadania este ano.



Conselheiros foram capacitados

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Novas Promotorias são instaladas em JP e CG

Os municípios de João Pessoa e Campina Grande ganharam novas instalações da Promotoria de Defesa da Mulher. As instalações fazem parte do Projeto de Efetivação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), numa parceria do MPPB com o Ministério da Justiça. As promotorias foram reformadas em sua estrutura física e receberam equipamentos de informática. Também foi formada uma equipe multidisciplinar, com profissionais da área Jurídica, psicossocial e de saúde.

O Ministério Público Estadual ficará também responsável pela formação de banco de dados, que deverá ter caráter nacional, com informações sobre os perfis das vítimas e dos agressores. "Esse convênio foi feito para que a gente pudesse ter condições de fazer um levantamento estatístico, um acompanhamento e a evolução do que acontece na violência contra a mulher", afirmou o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Campina Grande também ganhou a Promotoria da Educação, totalizando nove Promotorias Especializadas. A Promotoria de Defesa da Mulher de João Pessoa funciona na rua Treze de Maio, nº 191, no Centro da Capital. Já as Promotorias de Campina Grande estão instaladas na sede do MP em Campina, no Completo Judiciário da bairro da Liberdade.

Estado deve realizar obras de melhorias no Presídio Feminino de Patos

O Ministério Público da Paraíba pediu e a Justiça concedeu liminar determinando que o Estado, no prazo de 60 dias, proceda à reforma e regularização estrutural no Presídio Feminino de Patos. A ação foi ajuizada pela Promotoria de Patos por conta das irregularidades nas condições materiais do estabelecimento prisional. Caso haja descumprimento da decisão será aplicada multa diária no valor de R\$ 10 mil.

A liminar determina que sejam eliminados os focos de insalubridade na áreas interna e externa, reformados os pisos, paredes e tetos, colocado sistema de reservatório

compatível para a atendimento da demanda, eliminada a precariedade das condições higiênico-sanitárias e regularizado o sistema elétrico.

De acordo com a promotora de Justiça Miriam Pereira Vasconcelos, desde março de 2010 o MP tem tentado resolver a questão pela via extrajudicial, tendo sido feito apenas reparos como troca de vasos sanitários e conserto de alguns vazamentos. "O Presídio Feminino de Patos é exemplo fiel de desrespeito aos direitos humanos, constituindo-se em um verdadeiro depósito de pessoas", declarou a promotora.

Delagacias de Patos e Itapororoca são inspecionadas

A equipe do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público da Paraíba inspecionou a Delegacia de Itapororoca (a 62Km de João Pessoa), para verificar as condições de funcionamento do órgão. A exemplo da maioria das delegacias existentes na Paraíba, a equipe constatou a deficiência de pessoal, falta de viatura e outras situações que necessitam ser melhoradas.

Já as Delegacias de Polícia Civil do Município de Patos-PB foram inspecionadas pelo promotor de Justiça Rafael Lima Linhares, dentro das atribuições estabelecidas no Projeto Impunidade Zero do Ministério Público da Paraíba. Os trabalhos constataram que,

somente na 1ª Delegacia Distrital daquele município, foram registrados mais de três mil ocorrências policiais no período inspecionado que vai de janeiro de 2009 a setembro de 2011.

Outra delegacia inspecionada foi a Especializada de Repressão aos Crimes Contra a Infância e Juventude da Capital. De acordo com o promotor Manoel Cacimiro, a inspeção tratou de "identificar as ocorrências que não originaram o devido procedimento investigativo, catalogando-as para fins de acompanhamento das providências adotadas e instruindo Procedimento Administrativo instaurado na Promotoria", informou Manoel Cacimiro.

Escolas de Tavares apresentam irregularidades

Promotoria vai propor termo de ajustamento de conduta resolver os problemas encontrados nas fiscalizações

Crianças comendo no chão e bebendo água de cisterna, escola sem banheiro e salas multisseriadas foram algumas das irregularidades encontradas em escolas do município de Tavares (a 429 quilômetros de João Pessoa), pertencente à Comarca de Princesa Isabel, que foram fiscalizadas pela Promotoria de Justiça e equipe do Centro de Apoio Educacional às Promotorias da Educação.

Segundo o promotor de Justiça Márcio Gondim, o caso mais grave foi constatado na Escola Estadual Sítio Olho D'água. Há 23 anos a escola funciona em um galpão minúsculo, não tem banheiro e a fiação é exposta. A merenda é preparada em uma casa comum que fica a 1 km da escola por uma pessoa que não é servidora pública. Além disso,

alunos da educação infantil e do ensino fundamental estudam no mesmo ambiente, o que não é permitido pela legislação.

Na Escola Municipal Alexandrina Félix de Sousa, na zona rural de Tavares, os alunos bebem água de cisterna. Segundo informações do Caop da Educação, a diretora explicou que a água era filtrada, mas o filtro encontrava-se sem vela. Além disso, os próprios estudantes informaram que já se sentiram mal por causa da água. As crianças se alimentam no chão e, quando não tem merenda, comem caju retirados de um cajueiro dentro da escola. Os alunos disseram que já encontraram três cobras na cisterna.

O promotor informou que vai convocar as Secretarias de Educação do Município e do Estado para firmar um termo de ajustamento de conduta. Caso isso não aconteça, ele irá ajuizar uma ação civil pública para obrigar Estado e Município a garantirem condições melhores à educação naquela localidade.



INDIGNIDADE - Crianças da da Escola Alexandrina Félix foram flagradas comendo no chão

EM JOÃO PESSOA

Perigos para alunos são constatados

A Promotoria de Defesa da Educação de João constatou perigo para os alunos nas Escolas Professora Tércia Benevides Lins, localizada no Valentina Figueiredo, e Escola Estadual Padre Roma, no Altiplano, ambas estaduais. Na primeira, foram encontrados destroços de uma caixa d'água demolida, em uma área de lazer, que está com ferros expostos.

A escola também apresenta diversos problemas de estrutura física, a exemplo de banheiros sem porta, entulhos de carteiras acima do vaso sanitário, com o perigo de cair sobre a cabeça dos alunos, um buraco coberto apenas com um quadro negro, sobre uma passarela, e salas de aula sem ventilador.

Já na segunda escola, o problema é a existência de uma fossa ativa localizada exatamente na entrada da escola, exposta já



FOSSA - Buraco aumenta a cada dia em escola do Altiplano

faz três meses, causando mau cheiro e perigo aos alunos e funcionários. A irregularidade foi denunciada à Promotoria pelo Conselho Tutelar da Região Praia. A inspeção constatou ainda que o buraco vem aumentando a cada dia, e que a fossa ainda está em funcionamento chegando ao ponto de dar retorno aos banheiros que estão entupidos.

Segundo a diretora da escola, Marta Elisabete Tavares a situação já vem se alastrando há mais de três meses e a Secretaria de Educação não toma nenhuma providência em relação ao caso. A diretora ainda informou que a Vigilância Sanitária fez uma inspeção, mas alegou que nada poderia fazer, pois não era de sua responsabilidade.

PROJETO

MP pela Educação está sendo realizado na cidade de Belém

Uma audiência pública para tratar da gestão das verbas da merenda escolar e a inspeção nas escolas públicas e creches marcaram as atividades da Promotoria de Belém no projeto MP pela Educação. De acordo com a promotora de Justiça Substituta de Belém, Márcia Betânia Casado e Silva Vieira, a inspeção na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cláudio Cantalice Viana constatou a falta de acessibilidade para cadeirantes; a não existência de ventilador nas salas de aula; cadeiras e mesas escolares entulhadas; em um dos banheiros havia uma descarga quebrada; na despensa havia pouco gênero alimentício; água que os alunos bebem é da torneira, tendo sido dito e registrado em foto, a merendeira enchendo as garrafas.

Já na Creche Pré Escola Formosina Maria de Conceição, os colchões estavam em condições precárias; em um dos banheiros havia uma descarga quebrada; copo de uso coletivo; descumprimento do cardápio; a promotora Márcia Betânia verificou que as mesas que deveriam ser utilizadas pelas crianças para realização das atividades estavam encostadas e empoeiradas como se não tivessem sido usadas e também a falta de acessibilidade no prédio.

“Todas essas constatações e os temas discutidos durante a audiência pública vão embasar as ações da Promotoria de Justiça, que vai exigir das autoridades da área de ensino providências no sentido de melhorar as condições das escolas e creches do município”, observou a promotora.



PROBLEMAS - Água retirada das torneiras é servida aos alunos

TERCEIROS

Recomendação quer coibir contratação

Uma recomendação foi expedida pela Promotoria da Educação de João Pessoa aos secretários de Educação do Estado e do Município para que tomem as providências administrativas cabíveis no sentido de os gestores das Escolas Públicas Municipais e Estaduais da Capital não permitirem, imediatamente, a colocação gratuita ou onerosa, por servidor público, de terceiro estranho ao serviço público, para desempenhar as atividades

inerentes a seu cargo ou função no estabelecimento de ensino, atendendo ao interesse particular de ausência, temporária ou duradoura, ao trabalho.

De acordo com informações da Promotoria, esta prática persiste, com o conhecimento e consentimento da Direção ou do Conselho Escolar, em algumas unidades de ensino da rede pública em João Pessoa. A recomendação destaca que os gestores devem atender aos princípios da legalidade e da

moralidade pública, estabelecidos na Constituição Federal.

Segundo a portaria, a direção da unidade de ensino informa, mensalmente, à Secretaria de Educação, para fim de comprovação da assiduidade, a regularidade do desempenho das atribuições pelo servidor público, quanto, de fato, o trabalho está sendo desenvolvido, ilegalmente, por pessoa estranha ao serviço público, o que constitui ato de improbidade administrativa.

Pacientes devem receber medicamentos

Distribuição que havia sido interrompida em maio deve ser retomada pelo Estado aos portadores de doença mental e esquizofrenia

A Justiça concedeu liminares em ações civis públicas ajuizadas pela Promotoria da Saúde de João Pessoa determinando que o Estado forneça, de forma gratuita e imediata, medicamentos para portadores de esquizofrenia e portadores de doença mental que contenham o princípio ativo Olanzapina nas suas diversas apresentações farmacêuticas.

De acordo com a ação impenetrada pelo promotor João Geraldo Barbosa, inúmeros portadores de esquizofrenia e outras doenças mentais, necessitam de medicamentos específicos essenciais para a recuperação da saúde, e a falta desses medicamentos podem causar sequelas graves e até levar a morte. Ainda

segundo o promotor, o Ministério Público já buscou várias formas de sensibilizar a Secretaria de Saúde do Estado a fornecer o medicamento, mas sem sucesso. Diante da situação, decidiu acionar a Justiça para que os doentes tenham o direito a receber o medicamento.

Os medicamentos para portadores de doença mental deixaram de ser fornecidos em maio deste ano. A pena em caso de descumprimento é o bloqueio de verbas públicas necessárias à satisfação da ordem judicial, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, como aplicação de multas e responsabilização civil e criminal do agente público pela desobediência.



SAÚDE PÚBLICA

Hospital e UBS de Pilar sofrem interdição ética

Uma reinspeção nos serviços públicos de saúde no Município de Pilar resultou na interdição ética, pelo Conselho Regional de Medicina, do Hospital e Maternidade e no PSF II daquele município. A inspeção foi feita pelo Ministério Público da Paraíba, Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem e Farmácia, quando foram constatados problemas graves na sala de cirurgia do Hospital e Maternidade Maria do Carmo Monteiro Borges, medicamentos vencidos, agulhas descartáveis em lixo aberto, e local de repouso dos enfermeiros em péssimas condições.

Em agosto do ano passado os serviços de saúde de Pilar passaram por inspeção, quando foram constatadas várias irregularidades. Após receber o relatório dos Conselhos Regionais e da Agência Estadual de Vigilância Sanitária, a Promotoria de Justiça do Município havia solicitado providências, no sentido de regularizar a situação. Segundo o promotor Aldenor Medeiros, ao fazer

essa nova inspeção, as equipes constataram que a situação tinha se agravado.

Segundo o médico do Conselho Regional de Medicina, que decretou a intervenção ética, foram identificados sérios problemas, os mais graves na sala de cirurgia. Eurípedes disse que o local não tem equipamentos adequados para os procedimentos cirúrgicos, como desfibrilador, além condições inadequadas de esterilização e medicamentos vencidos. "Verificamos também que não há médicos nas terças e quartas-feiras das 7h às 19h, vários problemas de manutenção, acúmulo de vegetação nas dependências do hospital e falta de proteção para evitar o acesso de animais na parte de trás do prédio", destacou o diretor de Fiscalização CRM-PB. Na Unidade Básica de Saúde, o CRM constatou que a unidade apresenta diversos problemas, como a falta de privacidade nas consultas, mau cheiro em função do terreno ao lado abrigar um curral e falta de acessibilidade e banheiros.

INSPEÇÃO

Unidades de João Pessoa são vistoriadas

A Promotoria da Saúde de João Pessoa realizou inspeção na Casa de Saúde São Pedro, que atende pacientes psiquiátricos, e na Unidade de Saúde Geisel III. De acordo com o promotor João Geraldo Barbosa, os conselhos de classe constataram que diversas irregularidades detectadas na Casa de Saúde em inspeção anterior foram sanadas.

Já na USF diversos problemas foram encontrados. O prédio onde a unidade funciona possui problemas de acessibilidade e estruturais. Na área de serviço o pé direito é de apenas 1,75 metros e só há um banheiro. O Corpo de Bombeiros verificou que não existe medida preventiva, a USF possui apenas dois extintores localizados em lugares inadequados. A sala de curativos fica num estreito corredor que divide uma maca e uma caixa de ar-condicionado e o balde que recolhe a água desse aparelho. Foi constatada a falta dos medicamentos Amoxicilina (antibiótico), Metformina (para diabetes), Sulfato Ferroso comprimido, AAS (antitérmico) e Fluconazol (antifúngico).

Também foram fiscalizados o Prontocor e a Unidade Básica de Saúde no Castelo Branco III constatando-se mais uma vez uma série de irregularidades: In-



INSPEÇÃO - Unidade apresentou problemas de acessibilidade

filtração nas paredes, extintores de incêndio vencido, medicamentos mal acondicionados, enfermarias com mofo, péssima acessibilidade e número insuficiente de profissionais de enfermagem, odontólogos de beira de leito e médicos.

No Prontocor existem 73 leitos, entretanto, só 63 têm capacidade de funcionamento, porque 10 estão interditados. No Hospital existem dois blocos cirúrgicos sem funcionar há mais de três anos, embora tenha os equipamentos necessários. O corpo de Bombeiros constatou que todos os extintores de incêndio se estavam vencidos, que lá não existe siste-

ma de para raios e nem sistema de iluminação visual de alarme e iluminação de emergência. Na casa de máquinas e no arquivo morto não havia extintor de incêndio.

Com relação a Unidade Básica de Saúde do Castelo Branco III, a inspeção constatou que unidade fica embaixo de um salão de beleza. Está localizado em uma casa inadequada para os fins que se propõe. A Farmácia se localiza no corredor, os remédios são armazenados sem ventilação, em armário fechado de aço com cadeado. A sala de enfermagem é um verdadeiro caos, sendo constatada a presença de mofo.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social
ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

